

Por uma Pedagogia da Memória Coletiva: Educação Patrimonial para a Preservação da Identidade e Cultura

For a Pedagogy of Collective Memory: Heritage Education for the Preservation of Identity and Culture

Giancarlo Moser¹

Giovana Callado Ferreira²

RESUMO: Este estudo, de caráter qualitativo, revisa obras de autores renomados e diretrizes do IPHAN, explorando como práticas culturais e educativas fortalecem a memória coletiva e a identidade cultural, apresentando como a memória coletiva e a identidade cultural são fundamentais para a coesão social das comunidades. A educação patrimonial, ao promover a preservação da memória coletiva, reforça os laços de identidade cultural e pertencimento. A história do tempo presente é destacada pela sua relevância na interpretação do passado à luz das experiências contemporâneas. Este estudo conclui que a educação patrimonial é essencial para a continuidade das tradições e a valorização das raízes culturais, contribuindo para a coesão social, sendo um instrumento poderoso para incentivar a participação ativa dos cidadãos na preservação de seu patrimônio e promovendo um sentimento de responsabilidade compartilhada pelo legado cultural. Assim, ela contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de suas raízes e tradições.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva, Identidade Cultural, Educação Patrimonial, História do Tempo Presente, Preservação Cultural.

ABSTRACT: This qualitative study reviews works by renowned authors and guidelines from IPHAN, exploring how cultural and educational practices strengthen collective memory and cultural identity. It demonstrates how collective memory and cultural identity are fundamental to the social cohesion of

¹ Licenciado em História (UFSC, 1992), Licenciatura em Sociologia (UFSC, 1993), Graduação em Processos Gerenciais (2008), Especialização em Cultura e Idioma (ITC/UTrento, 1997), Mestrado em Gestão de Patrimônio e Turismo (UNIVALI, 2001), Doutorado em Ciências Sociais (UAV, 2007), Especialização em Administração (Celer, 2009), Pós-Doutorado em Bens Culturais (CPDOC/FGV, 2010), Doutorado em Gestão de Patrimônio e Turismo (UNIVALI, 2019), e Pós-Doutorado em Administração (PPGA/UNISUL, 2023).. E-mail: mosergiancarlo@gmail.com

² Licenciada em História (UFSC, 1993), Mestrado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Doutora em História Cultural na linha de Migrações. Atualmente é professora da Sociedade Catarinense de Ensino. Participa do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gicallado@yahoo.com.br



Revista Interdisciplinar

communities. Heritage education, by promoting the preservation of collective memory, reinforces the bonds of cultural identity and belonging. The history of the present is highlighted for its relevance in interpreting the past in light of contemporary experiences. This study concludes that heritage education is essential for the continuity of traditions and the appreciation of cultural roots, contributing to social cohesion. It is a powerful tool for encouraging active citizen participation in the preservation of their heritage and promoting a sense of shared responsibility for the cultural legacy. Thus, it aids in building a more inclusive society that is aware of and values its roots and traditions.

KEYWORDS: Collective Memory, Cultural Identity, Heritage Education, History of the Present Time, Cultural Preservation.

INTRODUÇÃO

A memória e a identidade cultural são conceitos profundamente interligados, essenciais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais das comunidades. A memória coletiva refere-se ao conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo que conferem um sentido de identidade e coesão social. A identidade cultural, por sua vez, é um conceito complexo que engloba os valores, tradições, símbolos, crenças e modos de vida que caracterizam um grupo social.

Nesse contexto, a educação patrimonial assume um papel crucial para a preservação da memória e da identidade cultural. Através da educação patrimonial, é possível sensibilizar as comunidades sobre a importância do patrimônio cultural e incentivar a participação ativa na sua preservação. Segundo Horta (1999), a educação patrimonial visa promover o conhecimento e o respeito pelo patrimônio cultural, fortalecendo os laços de identidade e pertencimento dentro da comunidade.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem sido fundamental nesse processo, implementando diversas estratégias e projetos educacionais, como o Programa Nacional de Educação Patrimonial (PNEP). Esse programa integra a educação patrimonial nas escolas e comunidades, disponibilizando recursos e orientações para professores e gestores culturais, com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural brasileiro.

Além disso, a educação patrimonial atua como um mecanismo para a transmissão da memória coletiva através de práticas culturais, como rituais, festividades e narrativas históricas. Essas práticas ajudam a manter viva a conexão das gerações futuras com suas raízes culturais, renovando a memória coletiva e adaptando-a às novas realidades e desafios enfrentados pela comunidade, como apresentado por Santos e Santos (2022, p. 01) que apresenta que:

A memória, em condições normais, é uma categoria essencial e indispensável para garantir a reprodução do ser social. Se é verdade que apenas o trabalho é capaz de criar novas causalidades postas, é também verdade que sem a existência da memória na sua forma de ser – precisamente- assim, tampouco, qualquer objetividade poderia ser criada, uma vez que o acúmulo dos conhecimentos, técnicas, materiais etc., em suma, todas as informações necessárias e indispensáveis para a reprodução social do ser no mundo, sem a participação efetiva da memória, seria, apenas, um dado instantâneo resultante da apropriação de uma consciência epifenomênica que, em segundos, poderia ser esquecido e o processo de aquisição do conhecimento teria de começar de novo.

Portanto, a educação patrimonial não só preserva a memória cultural, mas também contribui para a construção de identidades culturais mais robustas e conscientes de seu valor histórico e social. Ao integrar a educação patrimonial no ensino fundamental, estamos promovendo um entendimento mais profundo das dinâmicas culturais e sociais que moldam as comunidades, fortalecendo a coesão social e a valorização das raízes culturais.

Metodologia e Objetivos

A metodologia de pesquisa utilizada neste artigo é de natureza qualitativa, focada na análise bibliográfica. Foram revisadas obras e artigos de autores renomados como Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Paul Ricoeur e Barbara Misztal, além de fontes adicionais que abordam os temas de memória coletiva, identidade cultural e educação patrimonial. A pesquisa também incluiu a análise de documentos e diretrizes institucionais, como as publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e sua contribuição para a educação patrimonial no Brasil.

O método de análise foi baseado na interpretação crítica dos textos, buscando compreender como os conceitos de memória e identidade cultural são apresentados e inter-relacionados. A pesquisa também envolveu a identificação de práticas culturais e educativas que promovem a preservação da memória e a construção da identidade cultural, destacando exemplos concretos e suas implicações para a coesão social e a continuidade cultural.

Um ponto importante da metodologia é a discussão sobre a História do Tempo Presente. A educação patrimonial e a história do tempo presente estão intrinsecamente ligadas pela necessidade de interpretar e compreender o passado à luz das experiências e tensões contemporâneas. A história do tempo presente, ao focar em eventos e transformações vividas pelos

Revista Interdisciplinar

próprios historiadores, desafia a objetividade tradicional, propondo um distanciamento crítico. Nesse contexto, a educação patrimonial utiliza fontes materiais e simbólicas para fomentar a reflexão crítica sobre a memória e a história, integrando o passado ao presente e promovendo uma compreensão mais profunda das identidades culturais e sociais em constante evolução.

O objetivo deste artigo é explorar a relação entre memória e identidade cultural, destacando como a memória coletiva contribui para a formação e preservação da identidade de grupos sociais. Busca-se compreender o papel das práticas culturais e da educação patrimonial na transmissão da memória coletiva e na construção de identidades culturais robustas. O estudo também visa destacar a importância da preservação do patrimônio cultural como meio de fortalecer os laços de pertencimento e identidade dentro de uma comunidade, contribuindo para a coesão social e a valorização das raízes culturais.

Através desta análise, pretendeu-se evidenciar como a memória e a identidade cultural são elementos fundamentais para a coesão e continuidade das sociedades, promovendo um entendimento mais profundo das dinâmicas culturais e sociais que moldam as comunidades.

MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EM EDUCAÇÃO

O patrimônio é frequentemente apresentado como uma construção material e simbólica do passado. No entanto, a maioria dos estudos recentes enfatiza que o patrimônio é uma construção da sociedade contemporânea, com o objetivo de promover identidades coletivas. A memória e a história derivam de vestígios físicos que, embora garantam uma proximidade autêntica com o passado, necessitam de interpretação, pois não comunicam informações de forma direta.

A interpretação dos objetos museológicos e do patrimônio cultural depende do conhecimento pré-existente e dos valores sociais vigentes. Assim, os significados construídos são tanto individuais quanto sociais, historicamente situados, e emergem das experiências e do conhecimento anterior das pessoas.

A aprendizagem é um processo interpretativo e recursivo, onde novas informações são integradas ao conhecimento prévio dos alunos, dependendo da relevância e da relação com suas experiências. Em contextos educacionais, os objetos do cotidiano e do museu são ferramentas valiosas para estimular o pensamento histórico e crítico, levando os alunos a decodificar

Revista Interdisciplinar

significados e reconhecer a complexidade do passado, exemplificado na afirmação de Rabelo e Borges (2021, p. 07) que dizem que:

A percepção de que a cultura formal, em um espaço organizado e artístico, está destinada a um tipo de indivíduo, faz do museu um entrave na produção de um sentido de lugar para as classes, principalmente, de menor apoio no reconhecimento de que a produção cultural é coletiva. Nesse processo, a escola pública tem o dever de tornar o museu um espaço de ação educativa, desmistificando essa divisão dos bens culturais serem tomados por uma interpretação de quem pode ou não ter direito.

A educação patrimonial se torna mais eficaz quando os alunos interagem diretamente com diferentes tipos de patrimônio, fomentando uma leitura crítica e aprofundada. Atividades que envolvem fontes patrimoniais, tanto em abordagens locais quanto mais amplas, ajudam os alunos a refletirem sobre evidências históricas, a questionarem argumentos e a justificarem suas decisões, promovendo uma progressão significativa em seus conhecimentos.

Ao utilizar a "pedagogia do objeto", os educadores podem motivar a percepção dos alunos através de materiais do cotidiano, ampliando a postura crítica em relação ao mundo que os rodeia e integrando a experiência museológica no processo educativo. Assim, a educação patrimonial não só enriquece a aprendizagem histórica, mas também desenvolve habilidades essenciais para a compreensão crítica do presente e do passado.

TEMPO PRESENTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INTEGRANDO MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

A educação patrimonial e a história do tempo presente estão intrinsecamente ligadas pela necessidade de interpretar e compreender o passado à luz das experiências e tensões contemporâneas. A história do tempo presente, ao focar em eventos e transformações vividas pelos próprios historiadores, desafia a objetividade tradicional, propondo um distanciamento crítico. Nesse contexto, a educação patrimonial utiliza fontes materiais e simbólicas para fomentar a reflexão crítica sobre a memória e a história, integrando o passado ao presente e promovendo uma compreensão mais profunda das identidades culturais e sociais em constante evolução.

A escolha do tempo presente como campo de estudos vem ganhando legitimidade entre os historiadores, mas enseja algumas reflexões importantes para aqueles que desejam trabalhar com história do tempo presente.

Revista Interdisciplinar

Essa abordagem permite que os alunos compreendam a historicidade dos objetos e a relevância das experiências vividas, enriquecendo o aprendizado e fortalecendo a conexão com o patrimônio cultural. Assim, a educação patrimonial se torna uma ferramenta poderosa para explorar e interpretar as dinâmicas históricas contemporâneas, proporcionando um diálogo contínuo entre o passado e o presente.

Uma das questões colocadas como uma dificuldade em fazer história do tempo presente estava no fato de que os historiadores estavam na condição de contemporâneos de seus objetos de estudo. Essa proximidade traria implicações quanto aos critérios da busca da objetividade na produção do trabalho historiográfico, na manutenção do distanciamento crítico considerado fundamental no fazer história. Importante destacar que, independentemente do recorte cronológico que se estabeleça, todas as fontes podem ser questionadas em outros momentos, podem ser indagadas de outras perspectivas. Quanto à questão da objetividade na história, Antoine Proust nos diz que:

Apesar de todos os esforços que vier a despendar para se colocar, pelo pensamento, no lugar dos outros, o historiador não deixará de ser ele mesmo “[...]. A história é o re-pensamento, a re-ação no presente, pelo historiador, de coisas que, outrora, haviam sido pensadas, experimentadas e praticadas por outras pessoas.” (Prost, 2012, p.150).

Proust nos dá indicativos de que o historiador não poderá estar apartado do trabalho historiográfico e que, ao invés de objetividade, seria mais conveniente falar em distanciamento. Para o historiador, o fundamental nesse caminho seria a escolha de um método. Como já mencionado anteriormente, a metodologia utilizada neste trabalho esteve ancorada nos usos das fontes orais e nas discussões acerca de história e memória.

Cabe destacar que, independentemente do recorte cronológico que irá nortear o trabalho historiográfico, fazer história do tempo presente também implica adotar uma metodologia previamente definida, um referencial teórico compatível com as hipóteses levantadas e o uso de fontes também interpretadas sob a ótica de suas especificidades.

A destacar, algumas características do campo histórico tempo presente:

[...] o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação

em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 25).

A presença de tensões nos processos em curso e o fato de as narrativas serem produzidas por pessoas que seguem fazendo parte das histórias em curso não impedem que o historiador possa problematizar certas questões e buscar percebê-las sob uma perspectiva histórica.

Cabe ainda algumas considerações acerca da questão da história do tempo presente. É importante pensar a história do tempo presente em uma perspectiva crítica que não tenha a pretensão de encontrar uma nova periodização para o fazer historiográfico. Como destacam Lohn e Campos:

[...] o tempo presente não seria mais um período [...] uma História do Tempo Presente compreende uma nova atitude metodológica diante dos problemas enfrentados pela historiografia e pela necessidade de formular reflexões que procurem abarcar sociedade e interações humanas que não mais cabem num mapa histórico desenhado pelo século XIX (LOHN; CAMPOS, 2017, p. 100).

A essa importante análise que destaca o tempo presente não como uma ordem cronológica, mas sim como uma distinta atitude metodológica diante das questões enfrentadas pelo fazer história, cabe incluir a importância da historiografia que quer acrescentar o tempo vivido, ou seja, “[...] a historiografia também pretende abordar o tempo da vida, não só por sua qualidade de estar presente, mas exatamente por ser vivido.” (LOHN; CAMPOS, 2017, p. 106) Essa possibilidade aponta para um caminho diferente da história que se pretendia linear, evolutiva e cronológica. O tempo vivido torna-se possibilidade para as reflexões historiográficas do tempo presente.

MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

A memória e a identidade cultural são conceitos profundamente interligados, essenciais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais das comunidades. A memória coletiva, um termo cunhado pelo sociólogo Maurice Halbwachs, refere-se ao conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo que conferem um sentido de identidade e coesão social. Segundo Halbwachs (1990, p. 23), “a memória coletiva é construída e sustentada pelas interações sociais e pela cultura, desempenhando um papel crucial na formação da identidade de grupos e indivíduos”.

Revista Interdisciplinar

A identidade cultural, por sua vez, é um conceito complexo que engloba os valores, tradições, símbolos, crenças e modos de vida que caracterizam um grupo social. Stuart Hall (1997) destaca que a identidade cultural não é fixa, mas sim um processo contínuo de construção, influenciado por contextos históricos e sociais. Hall argumenta que a identidade é formada na intersecção entre a memória coletiva e as experiências individuais, sendo continuamente negociada e reinterpretada ao longo do tempo. Hall aponta o uso do termo "identidade" para significar a forma como os indivíduos e grupos definem e constroem a si mesmos.

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’”(Hall, 2000, p.111-112).

Paul Ricoeur (2000) também contribuiu para essa discussão ao explorar a relação entre memória e identidade em sua obra "A Memória, a História, o Esquecimento". Ricoeur propõe que a memória é essencial para a construção da identidade, pois permite aos indivíduos e grupos se situarem no tempo e no espaço. Através da memória, os eventos passados são trazidos ao presente, ajudando a moldar a percepção que um grupo tem de si mesmo e do mundo ao seu redor.

Além disso, a antropóloga Barbara Misztal (2003) enfatiza que a memória cultural é um recurso vital para a preservação da identidade cultural. Misztal argumenta que as práticas culturais, como rituais, festividades e narrativas históricas, atuam como veículos para a transmissão da memória coletiva, garantindo que as gerações futuras mantenham uma conexão com suas raízes culturais. Essas práticas não só preservam a memória, mas também a renovam, adaptando-a às novas realidades e desafios enfrentados pela comunidade.

A memória e a identidade cultural são elementos fundamentais para a coesão e continuidade das sociedades. Através da memória coletiva, grupos sociais mantêm vivas suas tradições e valores, ao mesmo tempo em que constroem suas identidades culturais.

Outrossim, ao se usar o conceito de “Lugares de Memória”, conforme identificado por Pierre Nora (1993), devemos entender que estes espaços estão circunscritos em alguns recortes temporais que especificam a convivência humana no momento presente.

Com esta significação, Nora aponta que a memória coletiva, afetiva e a identidade cultural de muitos grupos sociais podem ser identificados por diversos símbolos comuns, tais como:

Revista Interdisciplinar

passado comum, origem cultural, aspectos genéticos na população entre outros e que, por fim, reivindicam um conjunto simbólico tangível de memória identitária. Nesta acepção, os lugares de memória representam suportes materiais que consolidam e resguardam a memória coletiva. São espaços onde a memória se cristaliza e se refugia. Para que algo seja considerado um lugar de memória, é essencial que possua a intencionalidade de uma comunidade específica, a "vontade de memória". Isto é, a determinação de uma coletividade em depositar sua memória naquele local. Na ausência desse propósito de preservação, o espaço se converte apenas em um local de história. Assim, nos lugares de memória confluem três dimensões: a material, a simbólica e a funcional, além da intencionalidade. Esses espaços tornam-se locais rituais, imbuídos de simbolismo profundo, moldados pela vontade de perpetuar a memória, cuja missão é prevenir o esquecimento, ou seja:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (Nora, 1993, p. 13).

Nesse sentido, a educação patrimonial emerge como uma ferramenta poderosa na promoção e preservação da memória e da identidade cultural. Segundo Horta (1999), a educação patrimonial visa sensibilizar as pessoas sobre a importância do patrimônio cultural e incentivar a participação ativa na sua preservação. Ao envolver as comunidades em atividades educativas que valorizam a memória coletiva, a educação patrimonial contribui para a construção de identidades culturais mais robustas e conscientes de seu valor histórico e social.

Diversos autores no Brasil têm contribuído para a produção de conhecimento sobre como a Educação Patrimonial contribui para a construção e manutenção da memória coletiva em diferentes comunidades. Entre esses autores, destacam-se Meneses (1978), Chagas (2016), Santos (2000), Fonseca (2005), Scifoni (2007), Tolentino (2012), Antonini, Nito e Neves (2019), Leo Neto e Miziara (2019), Demarchi (2020) e Santos e Nito (2021).

Quando consideramos a Educação Patrimonial, vemos uma sinergia natural com o conceito de cultura e memória. A preservação e compreensão do patrimônio histórico e cultural são essenciais para fortalecer os laços de pertencimento e identidade dentro de uma comunidade. Lugares de memória, como descritos por Pierre Nora, são exemplos tangíveis desse patrimônio

Revista Interdisciplinar

cultural compartilhado, que reivindicam uma parcela de memória identitária e fortalecem a coesão social.

CULTURA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

A sinergia entre a Educação Patrimonial, Memória e o conceito de Cultura é notavelmente evidente quando consideramos a amplitude e a complexidade do significado cultural. Cultura, em seu sentido mais amplo, abrange uma miríade de elementos que moldam a identidade de uma comunidade e influenciam suas interações sociais. Desde arte até crenças, passando por costumes e valores, a cultura representa um sistema interconectado de símbolos e significados compartilhados.

Nas ciências sociais, a cultura é estudada como um sistema de normas e valores que orientam o comportamento humano e como um campo de negociação de poder. Essa diversidade de perspectivas enriquece nossa compreensão das interações humanas, mas também destaca a necessidade de uma definição clara ao investigar fenômenos sociais, educacionais ou artísticos.

O conceito de cultura é notoriamente polissêmico, abarcando uma vasta gama de significados e interpretações que variam significativamente conforme o contexto histórico, social e disciplinar em que é empregado. Em seu sentido mais amplo, cultura pode referir-se a tudo o que é produzido ou modificado pelo ser humano, englobando artes, costumes, práticas sociais, crenças e valores. Esta definição ampla destaca a cultura como um complexo sistema de símbolos e significados que são compartilhados por uma comunidade, permitindo a comunicação e a organização social.

No entanto, a polissemia do conceito também se reflete nas abordagens teóricas e metodológicas que tentam explicá-lo. Por exemplo, nas ciências sociais, cultura pode ser vista tanto como um sistema de normas e valores que guiam o comportamento dos indivíduos quanto como um campo de luta e negociação de poder. Essa diversidade de entendimentos torna o conceito de cultura extremamente útil para analisar a complexidade das interações humanas, mas também pode levar a confusões e mal-entendidos se não for claramente definido no início de um estudo. Assim, discutir, mesmo que brevemente, as múltiplas facetas do conceito de cultura é importante para qualquer pesquisa que se proponha a investigar fenômenos sociais, educacionais ou artísticos.

Revista Interdisciplinar

Ao longo da história, vários autores e instituições tentaram definir o que se entende por Cultura. Em 1871, um dos pais da antropologia social britânica, Edward Burnett Tylor (2005, p. 66) tentou descrevê-la da seguinte maneira:

Cultura ou civilização, tomada em seu amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Mais recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2002) descreveu a cultura da seguinte forma:

[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas da sociedade ou de um grupo social. e que engloba, além de arte e literatura, estilos de vida, modos de viver juntos, sistemas de valores, tradições e crenças.

Uma vez que se começa a procurar uma definição adequada de cultura, percebe-se rapidamente que há tantos por onde escolher é praticamente impossível decidir qual é o melhor. Dessa maneira, fazemos uso da definição de Clifford Geertz que assevera que a Cultura se configura como um sistema sinérgico simbólico compartilhado pelos atores sociais, nos quais existe a comunicação comum, o entendimento tácito e onde são desenvolvidos as ações, os fatos e os fenômenos da vida cotidiana.

O **ethos** de um povo, segundo Geertz, refere-se ao caráter moral e estético da cultura, incluindo os valores, atitudes, sentimentos e disposições compartilhados pelos membros de uma sociedade. Geertz vê o ethos como a expressão prática das crenças e valores de uma cultura, manifestando-se no comportamento e nas práticas cotidianas dos indivíduos. Este ethos é profundamente interligado com a visão de mundo de uma cultura, criando um ciclo contínuo em que os elementos morais e estéticos (ethos) influenciam e são influenciados pelas crenças e entendimentos cognitivos e existenciais da vida (visão de mundo)..

Portanto, a cultura é o amálgama objetivo, expresso em símbolos tangíveis e intangíveis nos quais se configuram os comportamentos, constroem-se os saberes e se edificam as instituições sociais. Neste ambiente é que os indivíduos agem e interagem, convivendo e compartilhando suas produções culturais, repletos de significados tributários de sua herança comum, que encontra uma acepção semelhante na proposta de hábitos de *habitus*, de Pierre Bordieu, que assevera que este conceito:

(...) mostra que a cultura não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados: é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares” (Bourdieu, 1974, p. 149).

Di Pietro *et al* (2015, p. 61) afirmam ainda que a cultura é parte intrínseca da identidade de uma comunidade, pois a mesma influencia a vida cotidiana e as pessoas tendem a agir de maneiras parecidas:

(...) a cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano e na criação de identidades e hábitos dos indivíduos, assim como das comunidades. O patrimônio e a cultura, de fato, influenciam e são afetados pela vida cotidiana de todas as comunidades e pessoas. (tradução nossa)

Enfim, a cultura contribui para a formação de uma identidade coletiva que distingue uma comunidade das demais, pois a identidade cultural é uma “personalidade comum” desenvolvida, ativada e modificada pelos atores sociais no contexto da interação social e histórica de acordo com os problemas específicos que os levam a agir. As práticas culturais são mecanismos através dos quais os valores são transmitidos de geração em geração, modelando não apenas comportamentos individuais, mas também as expectativas e as interações sociais dentro do grupo. Nesse sentido, os indivíduos tendem a agir de maneira que refletem as normas e os valores de sua cultura, o que pode ser observado em rituais, festividades e até nas convenções diárias de comunicação e etiqueta. A conformidade com esses padrões culturais ajuda a fortalecer os laços de pertencimento e identidade, essenciais para a integridade e o bem-estar da comunidade.

PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO: O PAPEL ESTATAL PELA ATUAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)³

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desempenha um papel crucial na educação patrimonial no Brasil, elaborando políticas públicas, como a Portaria nº 137 de

³ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e promoção do patrimônio cultural do país. Criado em 1937, o IPHAN atua na identificação, proteção, conservação, valorização e divulgação dos bens culturais brasileiros, tanto materiais quanto imateriais. Entre suas atribuições estão a gestão de bens tombados, o incentivo à pesquisa e à educação patrimonial, além do apoio a projetos de restauração e revitalização de patrimônio histórico e artístico em todo o território nacional.

Revista Interdisciplinar

2016, e programas como o Programa Nacional de Educação Patrimonial (PNEP), que integra a educação patrimonial nas escolas e comunidades. O IPHAN produz materiais didáticos, promove cursos e workshops para capacitar educadores e gestores culturais, e incentiva a participação ativa das comunidades através de projetos como o "Inventário Participativo". Em colaboração com outras áreas governamentais, o IPHAN sensibiliza a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, destacando seu valor histórico, social e econômico, e desenvolve novas metodologias pedagógicas adaptadas às necessidades das diferentes comunidades, atuando como um agente central na valorização, preservação e transmissão do patrimônio cultural no Brasil.

Para atingir esses objetivos, o IPHAN tem implementado diversas estratégias e projetos educacionais. Um dos principais projetos do IPHAN é o Programa Nacional de Educação Patrimonial (PNEP), lançado em 1998. Este programa visou incorporar a Educação Patrimonial nas escolas e comunidades, disponibilizando recursos e orientações para professores, gestores culturais e cidadãos interessados em realizar atividades educativas relacionadas ao patrimônio cultural.

Além do PNEP, o IPHAN tem desenvolvido uma variedade de cartilhas, guias, manuais e outros materiais didáticos direcionados a diferentes públicos, desde crianças até adultos. Esses recursos abordam temas como a história e a relevância do patrimônio cultural brasileiro, técnicas de preservação e conservação, e estratégias para o envolvimento da comunidade na proteção do patrimônio.

Outra iniciativa destacada é o Programa Mais Cultura nas Escolas, realizado em colaboração com o Ministério da Educação. Este programa visa integrar a cultura e o patrimônio histórico ao currículo escolar, oferecendo aos estudantes experiências de aprendizagem enriquecedoras e significativas.

Nos últimos tempos, têm sido realizados esforços consideráveis para desenvolver uma nova metodologia pedagógica no campo do patrimônio cultural. Em 2016, esses esforços culminaram em três importantes avanços na educação patrimonial.

Primeiro, o documento "Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos", publicado pelo Iphan em 2014, introduziu novos princípios e metodologias educacionais. Segundo, a portaria Iphan nº 137/2016 estabeleceu diretrizes nacionais para a educação patrimonial, criando uma base normativa sólida para iniciativas futuras. Terceiro, o "Inventário Participativo. Manual

Revista Interdisciplinar

de Aplicação", lançado em 2016, surgiu como uma ferramenta eficaz para atividades de identificação patrimonial, promovendo a participação ativa e a autonomia das comunidades envolvidas.

A portaria de 2016 foi um marco ao definir a educação patrimonial, destacando os bens culturais presentes nos espaços cotidianos como foco central das iniciativas educativas. Ela estabeleceu diretrizes essenciais, como o envolvimento ativo da comunidade e a integração das práticas educativas no cotidiano das pessoas, promovendo uma interação dinâmica entre o patrimônio e a vida pública.

Essa abordagem não visa apenas conservar os bens culturais, mas também enfatiza a importância da participação social ativa e do empoderamento dos grupos sociais. Ao promover uma consciência patrimonial sustentável e enraizada nas práticas diárias das comunidades, busca-se incentivar o protagonismo na preservação e valorização de seu próprio legado cultural.

A portaria mencionada superou as visões antiquadas presentes no "Guia Básico de Educação Patrimonial" do Iphan, que estava em uso desde os anos 1990. Esse guia limitava a definição de "monumento" a uma perspectiva tradicional de patrimônio, desvinculando-o das dimensões afetiva, social e de memória coletiva. Essas dimensões são cruciais para uma compreensão mais completa dos monumentos dentro de um contexto comunitário e histórico expandido.

A nova portaria redefiniu os conceitos e práticas da educação patrimonial, enfatizando a importância do patrimônio como um elemento vivo e dinâmico, que está intrinsecamente ligado às vivências e memórias das comunidades. Como apresenta o artigo 3º:

São diretrizes da Educação Patrimonial: I – Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; II – Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; III – valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; IV – Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; V – Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais; VI – Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; VII – incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII – considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

Revista Interdisciplinar

Com essa nova abordagem, o patrimônio cultural passou a ser entendido não apenas como um conjunto de objetos ou edificações de valor histórico, mas como uma construção coletiva, que envolve a identidade e a participação ativa das pessoas.

Além da redefinição conceitual, o IPHAN tem investido em uma série de ações para capacitar profissionais da área da educação e da cultura. Entre essas ações, destacam-se cursos, workshops, seminários e outras atividades de formação. Essas iniciativas visam fortalecer a rede de educadores patrimoniais em todo o país, proporcionando-lhes as ferramentas e conhecimentos necessários para desenvolverem projetos educativos inovadores e eficazes.

Os cursos e workshops oferecidos pelo IPHAN abrangem diversos temas, desde técnicas de preservação e conservação de bens culturais até metodologias de ensino que promovem a valorização do patrimônio local. Os seminários, por sua vez, proporcionam um espaço para a troca de experiências e o debate de ideias entre profissionais de diferentes regiões e contextos, enriquecendo o campo da educação patrimonial com novas perspectivas e práticas.

Essas atividades de capacitação têm sido fundamentais para a construção de uma cultura de preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil. Ao empoderar os educadores patrimoniais, o IPHAN contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados na proteção e promoção do legado cultural do país, garantindo que as futuras gerações possam continuar a desfrutar e aprender com a riqueza do patrimônio, da memória e da identidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi explorar a relação entre memória e identidade cultural, destacando como a memória coletiva contribui para a formação e preservação da identidade de grupos sociais. Buscou-se compreender o papel das práticas culturais e da educação patrimonial na transmissão da memória coletiva e na construção de identidades culturais robustas. O estudo também visou destacar a importância da preservação do patrimônio cultural como meio de fortalecer os laços de pertencimento e identidade dentro de uma comunidade, contribuindo para a coesão social e a valorização das raízes culturais.

Ao integrar a Educação Patrimonial no ensino, estamos não apenas promovendo o conhecimento e o respeito pelo patrimônio cultural, mas também fortalecendo os laços de

Revista Interdisciplinar

identidade e pertencimento dentro da comunidade. Essa abordagem holística reconhece a importância da cultura como contexto para as interações humanas e valoriza a preservação do patrimônio como um meio de transmitir valores e tradições de geração em geração.

No entanto, a sustentação da identidade através da memória enfrenta várias limitações à medida que a sociedade muda e se adapta ao longo dos anos. Transformações sociais, culturais e econômicas podem diluir ou alterar tradições e práticas, enquanto monumentos e artefatos correm o risco de serem perdidos ou destruídos. Além disso, a relevância das identidades anteriores pode diminuir com o surgimento de novas gerações influenciadas por diferentes contextos históricos e culturais. Esse processo pode levar à perda de coesão social e à homogeneização cultural, ameaçando a diversidade cultural e fragilizando identidades regionais e comunitárias. Portanto, é crucial mitigar esses desafios através de esforços contínuos de preservação e valorização do patrimônio cultural. A educação patrimonial é vital para sensibilizar as comunidades e promover a transmissão intergeracional de valores e tradições, garantindo que as futuras gerações mantenham uma conexão com suas raízes culturais e um sentido de pertencimento.

Através desta análise, evidenciou-se como a memória e a identidade cultural são elementos fundamentais para a coesão e continuidade das sociedades, promovendo um entendimento mais profundo das dinâmicas culturais e sociais que moldam as comunidades. A educação patrimonial, ao sensibilizar e envolver as comunidades na preservação do patrimônio cultural, se mostra indispensável para a valorização e transmissão das memórias e identidades que compõem a riqueza cultural de um grupo social.

Os principais insights e implicações práticas deste estudo incluem a sensibilização das comunidades sobre a importância de preservar seu patrimônio cultural, promovendo maior engajamento na proteção e valorização desses bens. A participação ativa dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural é incentivada, promovendo um sentimento de responsabilidade compartilhada. A transmissão de conhecimento entre gerações é facilitada pela educação patrimonial, assegurando que valores, tradições e práticas culturais sejam mantidos vivos. A renovação constante da memória coletiva, por meio de práticas educativas e culturais, garante que as novas gerações compreendam e valorizem sua herança cultural, fortalecendo a identidade cultural e o senso de pertencimento. Finalmente, a educação patrimonial fortalece a identidade cultural ao proporcionar um entendimento mais profundo das raízes e tradições de uma

Revista Interdisciplinar

comunidade, essencial para a coesão social e a preservação da diversidade cultural. Em conclusão, a educação patrimonial desempenha um papel crucial na promoção da coesão social, na valorização das raízes culturais e na preservação da memória coletiva. É um instrumento poderoso para incentivar a participação ativa dos cidadãos na preservação de seu patrimônio, promovendo um sentimento de responsabilidade compartilhada pelo legado cultural. Assim, ela contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de suas raízes e tradições, abrindo horizontes para debates futuros sobre a preservação e valorização do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ANTONINI, A. V.; NITO, M. K. S.; NEVES, M. C. Construindo uma rede de educação patrimonial: a experiência da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep). **Revista CPC**, São Paulo, v.14, n. esp. 17, p. 233-254, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/issue/view/11073>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHAGAS, Mario. Patrimônio é o caminho das formigas. In: CASTRO, Maurício Barros de; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Relações Raciais e Políticas de Patrimônio**. 1ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2016. p. 141-166.

DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Marieta. História do tempo presente e ensino de História. **História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. p. 25.

DEMARCHI, Jeferson Luis. **Referências culturais da escola na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DI PIETRO, L.; MUGION, R.; MATTIA, G.; RENZI, M. F. Cultural heritage and consumer behaviour: A survey on Italian cultural visitors. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v.5, 2015.

Revista Interdisciplinar

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005. 295p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial: construindo o futuro**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

LEO NETO, N. A.; MIZIARA, L. I. Do Buraco ao Mundo: segredos rituais e patrimônio de um quilombo indígena. **Revista CPC**, São Paulo, v.14, n. esp. 17, p. 165-184, 2019. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cpc/issue/view/11073>. Acesso em: 04 dez. 2023.

LOHN, R. L.; CAMPOS, E. C. de. Tempo Presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 10, n. 24, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i24.1176. Disponível em:

<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **Revista C J Arquitetura**, Rio de Janeiro, n.19, p. 45-46, 1978.

MISZTAL, Barbara. **Theories of Social Remembering**. Maidenhead: Open University Press, 2003.

Revista Interdisciplinar

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

RABELO, Josevânia Nunes; BORGES, Silaine Maria Gomes. **Caminhos de Conscientização Cultural: o Museu Histórico de Sergipe e o Colégio de Aplicação**. In: BECERRA TRAVER, María Teresa; BORGES, Silaine Maria Gomes (coords.). *Museu: um meio de compartilhar saberes*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2021. p. 13-25. ISBN 978-84-09-25214-5. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/12202/978-84-09-25214-5_compressed_1.pdf. Acesso em: 02/06/2023

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SANTOS, Alexandre de Jesus; SANTOS, Cláudio Eduardo Felix dos. **Memória, imitação e assimilação na vida cotidiana**. Cadernos Cajuína Revista Interdisciplinar, v. 7, n. 2, e2272, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v7i2.609>. ISSN: 2448-0916.

SANTOS, A. L.; NITO, M. K. S. A experiência da Brasilândia e Freguesia do Ó (SP) como estratégia de mobilização na preservação do patrimônio cultural. In: FRAGA, H. J. et al. (orgs.). **Experimentações do patrimônio: diversidade e resistências**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SANTOS, M. C. T. M. Patrimônio cultural e a escola: construindo um museu didático comunitário. **Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM**. Rio de Janeiro, 2000.

SCIFONI, Simone. **Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural – coletânea de textos para Educação Patrimonial**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Textos selecionados, apresentação e revisão Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. pp. 67-99.

UNESCO. **Representação da UNESCO no Brasil: Patrimônio Mundial no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em: 13 nov. 2023.